

**HABEAS CORPUS Nº 488.568 - PA (2019/0005113-9)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : FABIO JESUS DA COSTA**  
**ADVOGADO : FABIO JESUS DA COSTA - PA014825**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PACIENTE : PEDRO HENRIQUE DE CARVALHO OLIVEIRA**  
**(PRESO)**

**DECISÃO**

**PEDRO HENRIQUE DE CARVALHO OLIVEIRA**, paciente neste habeas corpus, alega sofrer coação ilegal em seu direito a locomoção, em face de acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Pará** no HC n. 0809977-89.2018.8.14.0000.

Da análise dos autos, observo que este feito foi **deficientemente instruído**, pois o impetrante olvidou de colacionar **cópia da decisão que convolou o flagrante em prisão preventiva, bem como o andamento atualizado da ação penal movida em desfavor do réu**, o que impossibilita a compreensão do caso e, por conseguinte, o exame da apontada coação ilegal.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória.

É cogente ao impetrante – sobretudo quando se tratar de defesa técnica – apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a suscitada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na interposição do recurso.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço do habeas corpus**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**